

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)**

PEDRO EMMANUEL FREITAS DE ARAUJO

**ATUAÇÃO DAS FRAÇÕES DE INFANTARIA
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Resende

2019

PEDRO EMMANUEL FREITAS DE ARAUJO

**ATUAÇÃO DAS FRAÇÕES DE INFANTARIA
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Academia Militar das
Agulhas Negras como parte dos
requisitos à Conclusão do Curso de
Bacharel em Ciências Militares, sob a
orientação do Ten Inf Leonardo de
Assis Faria da Silva.

Resende

2019

PEDRO EMMANUEL FREITAS DE ARAUJO

**ATUAÇÃO DAS FRAÇÕES DE INFANTARIA
NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Academia Militar das
Aguilhas Negras como parte dos
requisitos à Conclusão do Curso de
Bacharel em Ciências Militares, sob a
orientação do Ten Inf Leonardo de
Assis Faria da Silva.

COMISSÃO AVALIADORA

Ten Inf Leonardo de Assis Faria da Silva - Orientador

Ten Inf Yuri Soares de Carvalho - Avaliador

Ten Inf Pedro Lorenzoni - Avaliador

Resende

2019

Dedico este trabalho aos meus pais, meus irmãos e aos meus companheiros.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e objetiva na realização deste trabalho.

Aos meus pais Marcelo Lopes de Araujo e Adriana Freitas de Araujo, pelo amor com que me conceberam e educaram, pelas inúmeras horas que velaram meu sono, e pelas palavras de incentivo a cada tropeço de minha jornada, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos pelo apoio na conclusão deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para este projeto fosse concluído.

A nação que permanece em paz por muito tempo deveria mandar sempre alguns oficiais para áreas no exterior onde ocorrem guerras, a fim de familiarizarem-se com elas [...] (Clausewitz).

RESUMO

Emmanuel, Pedro. **Atuação das Frações de Infantaria nas Operações de Pacificação no Estado do Rio de Janeiro**. Resende: AMAN, 2019. Monografia.

A presente pesquisa abordou o tema de atuação das tropas de infantaria nas diversas operações voltadas para a pacificação do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo central analisar a forma de emprego da tropa nas principais missões realizadas nos últimos anos e levantar dados no intuito aperfeiçoar as técnicas, táticas e procedimentos para empregos futuros. Utilizando-se da metodologia bibliográfica, foram levantados em cada operação quantitativos referentes à apreensão de pessoal e material ilícito . Por fim, concluiu-se que houve sucesso em todas as operações em que a infantaria foi empregada.

Palavras-chave: Operações, Infantaria, Pacificação, Apreensão, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Emmanuel, Pedro. **Performance of infantry fractions in pacification operations in the state of Rio de Janeiro.** Resende: AMAN, 2019. Monograph.

The present research addresses the theme of the performance of the infantry troops in the various operations aimed at the pacification of the state of Rio de Janeiro, with the central objective of analyzing the way the troop is employed in the main missions carried out in the last years and collect data in order to improve the techniques, tactics and procedures for future jobs. Using the bibliographical methodology it was raised in each operation the quantitative concerning the seizure of personnel and illicit material. In the end, it was concluded that there was success in all operations in which infantry were employed.

Key words: Operations, Infantry, Pacification, Seizure, Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	10
2.1	Revisão da literatura e antecedentes do problema	10
2.2	Referencial metodológico e procedimentos	11
3	OPERAÇÕES DE GLO	12
3.1	Características Peculiares.....	15
3.2	Forças Oponentes	16
3.3	Tipos de operações de GLO	16
4	A INFANTARIA NAS COMUNIDADES CARIOCAS	17
4.1	Operação Arcanjo.....	18
4.1.1	Contexto da operação.....	18
4.1.2	Preparo da tropa.....	20
4.1.3	Resultados da operação.....	22
4.2	Operação São Francisco	23
4.2.1	Contexto da operação.....	23
4.2.2	Preparo da tropa.....	27
4.2.3	Resultados da operação	28
5	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O termo “pacificação” faz parte da história militar terrestre do Brasil, desde as ações legalistas e reconciliadoras conduzidas pelo Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, nas revoltas e movimentos internos, até situações em que se fez necessário restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. As operações de pacificação, compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz. Desde o início do Século XXI o exército brasileiro se viu inserido em diversas operações de pacificação de nível internacional, como no Haiti entre os anos de 2004 e 2017, e Nacional, onde assumiu papel fundamental na segurança pública do Rio de Janeiro, sendo responsável pela pacificação e ocupação das principais favelas da cidade.

Nesse contexto, as tropas de Infantaria exercem o papel fundamental de executar desde os patrulhamentos e revistas às residências em busca de armamentos e material ilícito até as ações sociais que visam aproximar a tropa da população local. Logo, é importante problematizar a questão: A atuação dos militares que atuam na ponta da linha está de acordo com os problemas enfrentados nas operações?

Ainda, outras questões podem ser analisadas, é necessário saber como o comportamento da tropa influencia no andamento da operação, e, qual a importância do apoio da população local para o sucesso da missão.

Este trabalho justifica-se para otimizar as chances de sucesso das futuras operações de pacificação, visando analisar a atuação das tropas de infantaria que agem em contato direto com a população civil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa foi formulada conforme os aspectos de metodologia e de fundamentação teórica. Sua proposta é relativa à análise do desempenho das tropas de infantaria nas operações de pacificação no Rio de Janeiro.

A disponibilidade dos dados para a realização do estudo visando a comparação das operações possibilitou a realização de uma pesquisa classificada como exploratória.

Já para a coleta de dados dos principais dados a serem analisados, foi realizada a pesquisa bibliográfica.

2.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema

O histórico de sucesso do Exército Brasileiro nas operações de pacificação merece grande atenção e reafirma o enfoque do combate moderno que é voltado para as missões de apoio aos órgãos governamentais e a Garantia da Lei e da Ordem(GLO).

Para BRASIL (1988):

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Apesar de não ser o seu objetivo final, o Exército Brasileiro vem sendo empregado constantemente nos últimos anos em operações de Garantia da Lei e da Ordem(GLO), assumindo papel fundamental na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

A atuação nas comunidades cariocas se iniciou no ano de 2008, quando as Forças Armadas foram empregadas em auxílio aos órgãos de polícia para ocupação e pacificação do complexo do alemão, na Zona Norte da cidade, sendo, até então, o centro do crime organizado do Rio de Janeiro.

Desde então o Exército Brasileiro foi empregado em operações de repercussão mundial, tais como a Operação São Francisco, no complexo da maré, e a Operação Arcanjo, no próprio complexo do alemão, que serão abordadas neste trabalho.

Nesse contexto, as unidades de Infantaria merecem destaque especial, suas participações foram essenciais para o transcurso bem sucedido das operações. Além das organizações militares locais subordinadas a 9ª brigada de infantaria motorizada e a brigada

paraquedista, houve, inclusive, o apoio de tropas de infantaria de outros comandos militares de área.

2.2 Referencial metodológico e procedimentos

Visando confirmar o apresentado pela literatura, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: As tropas de infantaria empregadas nas operações de pacificação no Rio de Janeiro realmente foram eficientes?

Parte-se da hipótese de que é impossível o bom andamento das missões de pacificação sem a presença das tropas de infantaria.

O objetivo geral deste TCC é analisar a atuação das tropas de infantaria nas Operações São Francisco e Arcanjo com a finalidade de observar possíveis pontos de melhoria e explicitar dados relativos as operações.

Logo, os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: Coleta de dados e leituras preliminares para aprofundamento sobre o tema; Além da análise e comparação de todos os dados coletados.

Com o propósito de operacionalizar a pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos descritos abaixo.

Inicialmente foram estudados os trabalhos de Mendes (2016), Salvestro (2017), além dos manuais militares C 85-1 (Operações de garantia da lei e da ordem) e o manual C EB-MF-10.103 (Operações) com a finalidade de se desenvolver um conhecimento mais aprofundado do assunto.

A constatação prévia sobre o assunto foi a existência de uma bibliografia bastante consistente sobre as operações de garantia da lei e da ordem, porém um tanto quanto escassa sobre os dados referentes as operações transcorridas. No entanto, a literatura consultada foi suficiente para a confecção do trabalho e para se alcançar os objetivos propostos.

Proceder-se-á ao levantamento de dados referentes a prisões efetuadas e apreensão de material ilícito, tais como drogas, armamentos, veículos irregulares e dinheiro proveniente do crime organizado.

Ao final do trabalho, serão confrontados os dados obtidos com a hipótese e teorias expostas na pesquisa, para confirmar a importância da Infantaria nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

A coleta de dados será realizada através de trabalhos disponibilizados pelo Exército Brasileiro e notas do Ministério da Defesa.

3 OPERAÇÕES DE GLO

Apesar da situação de normalidade vivida pelo país com relação a conflitos com outras nações, o Brasil se vê imerso em caos interno onde o crime organizado ocupa cada vez mais relevância e destaque.

Nesse contexto, o preparo da tropa se torna fundamental para que esse tipo de operação ocorra com o mínimo de danos a população, tendo em vista a quantidade de variáveis e situações enfrentadas pela tropa e que exigem um treinamento prévio.

Vale destacar que o Exército Brasileiro possui vasta experiência neste tipo de operação já que participou de operações de Garantia de Lei e da Ordem não somente em território nacional, como no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, mas também em território internacional, como no Haiti.

Segundo o manual do Exército Brasileiro EB-20-MF-10.103 (OPERAÇÕES):

O emprego dos elementos da F Ter na garantia da lei e da ordem se dará por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais e deverá ser episódico, em área previamente definida, e ter a menor duração possível, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por terem sido esgotados os instrumentos dos órgãos governamentais previstos no Art 144 da CF88, o qual atribui o a órgãos federais e estaduais o exercício da Segurança Pública, dever do Estado, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do PR. (BRASIL, 2014, p. 4-23)

Ou seja, as operações de Garantia da lei e da Ordem só ocorrem por um período de tempo e somente através de determinação do presidente da república em casos de extrema urgência, como em graves problemas de segurança ou ameaça à ordem. Além disso é dado poder de polícia a tropa que está sendo empregada.

O poder de polícia se caracteriza pela ação restritiva do estado em relação aos direitos individuais , ou seja ,trata-se das atividades realizadas voltadas para a prevenção/repressão dos crimes e para contravenções penais.

As operações tipo polícia apresentam como objetivos principais:

- a) controlar a população;
- b) proporcionar segurança à tropa, às autoridades, às instalações, aos serviços essenciais, à população e às vias de transportes;
- c) diminuir a capacidade de atuação das F Opn e restringir-lhes a liberdade de atuação;
- d) apreender material e suprimentos. (BRASIL, 2010, p.4-12)

Segundo o Art.3º do decreto Nr 3.897/01(BRASIL,2001):

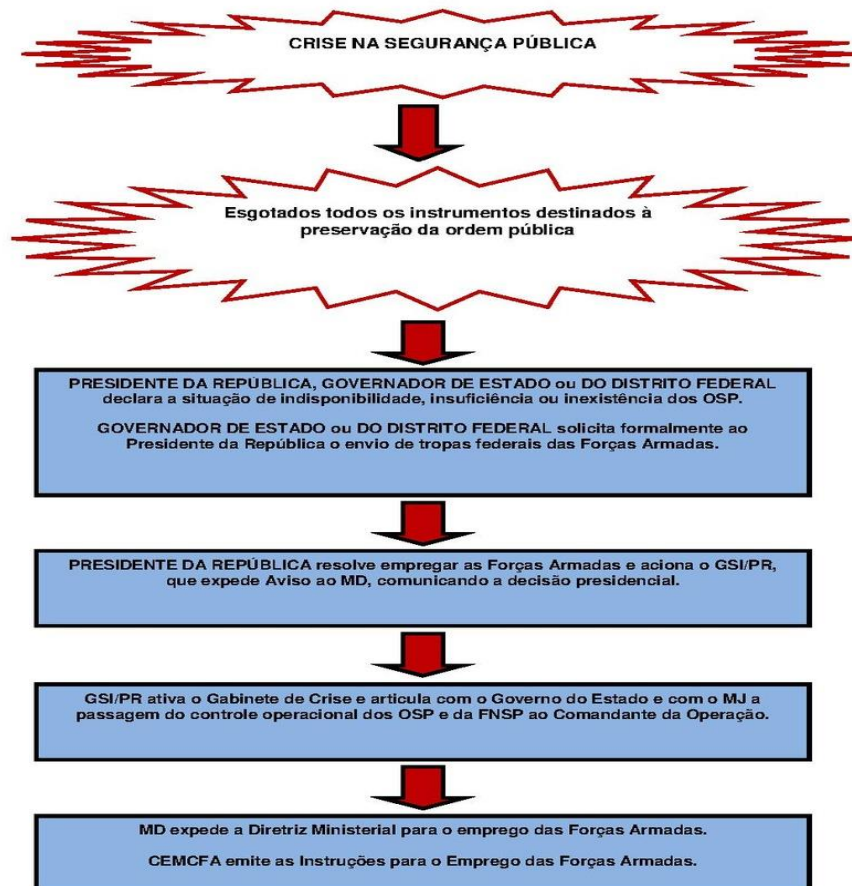
Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Neste capítulo serão tratados conceitos referentes as operações de GLO, como os tipos de suas missões e suas características peculiares, além do emprego da tropa neste tipo de operação.

O esquema abaixo mostra como funciona na prática o acionamento das Forças Armadas para as operações de GLO.

MD33-M-10

ANEXO A
ESQUEMA DE ACIONAMENTO DO EMPREGO DE MEIOS FEDERAIS EM GLO, NA HIPÓTESE DE ESGOTAMENTO TODOS OS INSTRUMENTOS DESTINADOS À PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.



MD33-M-10

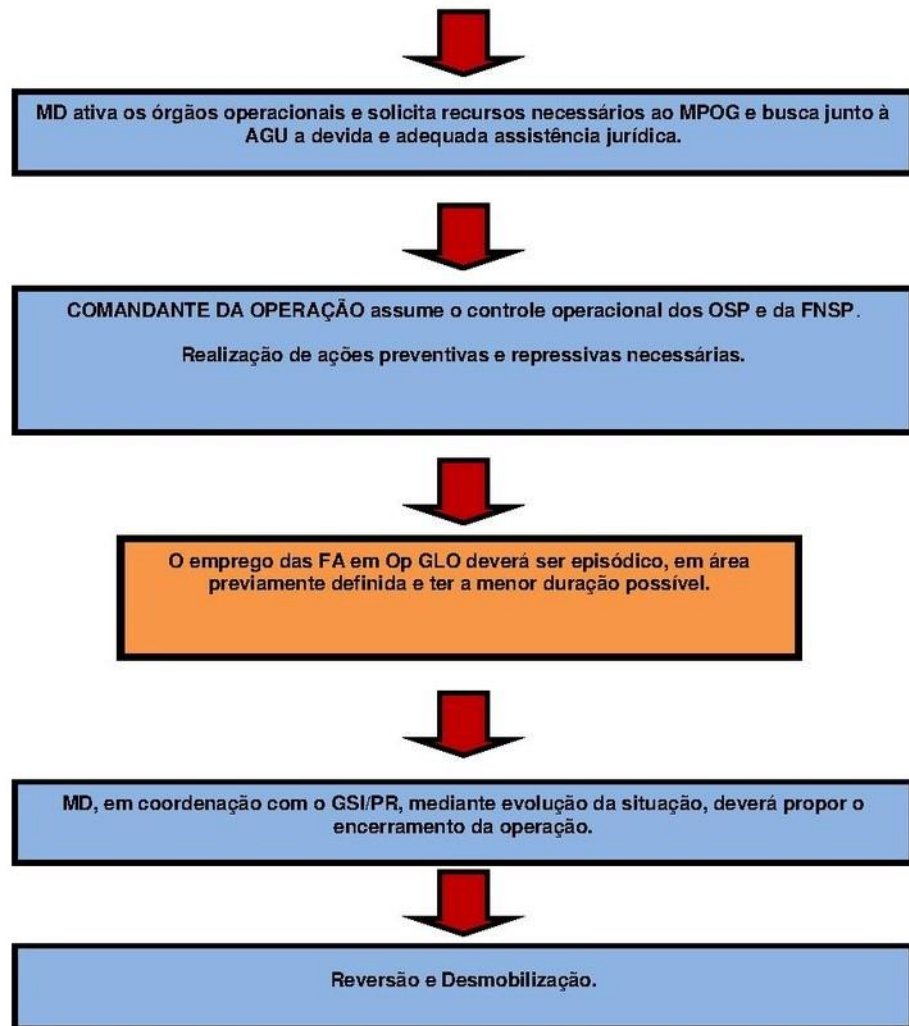


Figura 1: Esquema do acionamento do emprego das Forças Armadas em GLO

Fonte: BRASIL, 2014, p. 35/64-36/64

3.1 Características Peculiares

Para BRASIL (2014), as operações de garantia da lei e da ordem apresentam como características principais:

- O emprego da inteligência e contrainteligência através do levantamento detalhado de dados que irão servir como suporte para auxiliar o comandante na escolha de suas linhas de ação. Esta característica é fundamental para o bom andamento das operações, além de proporcionar maior segurança a tropa e as instalações reduz o risco de danos colaterais a população local.
- A atuação integrada que diz respeito a correta interação entre o Exército Brasileiro e os demais órgãos envolvidos na operação, unindo as experiências de cada um para que se potencialize o poder de combate das tropas inseridas na missão.
- O emprego frequente da dissuasão que visa impor o medo nos agentes perturbadores da ordem pública através de demonstrações de força, tudo com a finalidade de evitar ao máximo o confronto.
- A comunicação social, que tem como objetivo aproximar a tropa da população local. O apoio da população local é de extrema importância para o sucesso da operação, uma vez que esta característica está fortemente ligada à inteligência e se há o apoio da população a coleta de dados relevantes fica facilitada.
- A limitação do uso da força , garantida pela utilização de armamentos não letais que proporcionam a resposta proporcional a ameaça sofrida pela tropa e o respeito às regras de engajamento.
- O emprego de operações psicológicas, que estão estritamente relacionadas a comunicação social e inteligência para garantir a manutenção do apoio da população. As operações psicológicas têm como objetivos principais: obter a cooperação da população diretamente envolvida na área de operações, desenvolvendo uma atitude contrária às F Opn e outra favorável às forças empregadas; estimular as lideranças comunitárias favoráveis às operações; enfraquecer o ânimo e o moral das F Opn compelindo-os à desistência voluntária; e fortalecer o sentimento de necessidade do cumprimento do dever na força empregada, aumentar o seu potencial de engajamento e torná-la imune às atividades de cunho psicológico das F Opn.(BRASIL,2013)

- As negociações nas operações de GLO visam persuadir e convencer o agente perturbador da ordem pública a agir de acordo com o desejo da tropa, esse convencimento se dá por meio de pessoal altamente capacitado e treinado justamente para esse tipo de operação.

3.2 Forças Oponentes

Como não há caracterização de inimigo nas operações de Garantia da Lei e da Ordem, a identificação da força adversa se torna um dos fatores da maior dificuldade neste tipo de operação.

Esta força adversa recebeu o nome de Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP). São indivíduos que, atuando em grupos ou isoladamente, são capazes de comprometer a preservação da ordem pública, ameaçando a incolumidade das pessoas e do patrimônio. (BRASIL, 2014, p. 15/64)

Dentro desse espectro, pode-se encontrar, dentre outros, os seguintes agentes como F Opn:

- a) movimentos ou organizações;
- b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc;
- c) pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas;
- d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial. (MD33-M-10)

3.3 Tipos de Operações de GLO

De acordo com o Caderno da Seção de Instrução Especial da AMAN: Operações de Garantia da Lei e da Ordem (2007), pode-se caracterizar como operações GLO:

- Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE) e Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU): “O PBCE e o PBCVU fazem parte das operações tipo polícia, que em geral, são executadas sob condições de normalidade.” (AMAN, 2007). Ou seja, se trata de

do controle de vias com a finalidade de realizar captura de material ilícito ou apreender pessoal suspeito.

- Posto de Segurança Estático (PSE): São postos ocupados pelas forças legais em áreas críticas, a fim de guardar tais localidades, impedindo o acesso de forças inimigas a esses locais.

- Reintegração de posse: tem a finalidade de, pela ação direta da tropa, afastar elementos que ocupam ilegalmente uma área ou instalação, com base em um mandado judicial.

- Operações de Busca e Apreensão (OBA): exigem grande preparo da tropa e liderança por parte de seu comandante. Visam aprisionar elementos suspeitos, material e armamento

- Operações de Controle de Distúrbios (OCD): possuem missões como interditar uma área urbana ou rural, controlando a atuação de manifestantes; e restabelecer a ordem pública em meio ao vandalismo. Requer grande preparo técnico e emocional da tropa encarregada.

4 A INFANTARIA NAS COMUNIDADES CARIOCAS.

Segundo Montenegro (2011, apud SCHMITT, 2014, p. 18), a primeira participação do Exército Brasileiro (EB) nas operações de GLO ocorreu em 1824, na cidade de Recife, por ocasião da Confederação do Equador. Portanto, desde a primeira Constituição Federal brasileira, essa forma de emprego das Forças Armadas já era prevista. Com o passar dos anos, esse emprego foi crescendo e as constituições sofreram algumas modificações e foram aperfeiçoadas.

O termo “favela” data do início do século XX, em que se observou um grande deslocamento populacional da zona rural para a zona urbana, isto se deu pela melhor condição de vida e oportunidade nas cidades. Segundo De Lima (2012), as favelas do Rio de Janeiro surgiram à época da Guerra de Canudos. Na região que foi palco deste conflito, predominava uma vegetação resistente a seca típica do sertão, denominada “favela”. Terminado o conflito, os militares que retornaram à capital carioca mudaram-se para os morros, devido à crise financeira oriunda do não recebimento do soldo. Dessa forma, por identificação ao ambiente do sertão, os soldados passaram a chamar os morros de “favelas”. Nessa conjuntura o Estado do Rio de Janeiro, em particular sua capital, vivenciou o surgimento das primeiras “favelas”, também conhecidas por “comunidades”.

A falta de ações governamentais nessas regiões além de gerar condições de vida insalubres para os moradores da comunidade, também abre espaço para o desenvolvimento de

atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e surgimento de grupos criminosos, uma vez que não há uma devida fiscalização por parte do estado.

Nos últimos quinze anos, o EB foi colocado em maior evidência pelos meios de comunicação, devido ao crescente emprego de tropas nas operações urbanas que ocorreram em diversos estados e em atividades distintas como: pacificação de comunidades, greves de policiais, garantia do pleito eleitoral, dentre outras. Essas participações foram motivadas, principalmente, pela evolução do crime organizado e pela queda na eficiência dos órgãos de segurança pública. (MONTENEGRO, 2011, apud SCHMITT, 2014, p. 18)

O objetivo deste capítulo é analisar o emprego do EB e mais especificamente da infantaria nas Operações São Francisco e Arcanjo (Complexo do Alemão e Complexo da Maré), abordando as características das operações e seus resultados.

4.1 Operação Arcanjo

4.1.1 Contexto da Operação

Segundo Aldo (2017), o Morro do Alemão foi, durante os anos 90, marcado por uma grande guerra entre as facções Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos do Amigos, que desejavam obter o controle da área. Depois de vários conflitos, a região acabou, em 2007, ficando sob o domínio do Comando Vermelho.

A operação Arcanjo se iniciou após o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, encaminhar um ofício ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva requisitando o auxílio das tropas das forças armadas na região.

A missão da tropa foi “colaborar com a manutenção da ordem pública do estado do Rio, pacificar a região compreendida pelas comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão, conduzindo operações tipo polícia, operações psicológicas e atividades de inteligência e comunicação social”.

De acordo com Rio: (2011), desde a ocupação das comunidades, houve a troca do comando quatro vezes. O primeiro comando foi da Brigada Paraquedista, depois da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada e, a seguir, da 11ª Brigada de Infantaria Leve. Em Agosto de 2011, a 9ª Bda voltou a compor a força tarefa. E por fim, 4ª Brigada de Infantaria Motorizada assumiu o comando da tropa no dia 11 de Novembro.

O Complexo do Alemão é um bairro favelizado de classe baixa da zona norte do Rio de Janeiro composto por 15 comunidades em uma área aproximada de 2,9 km². Segundo

pesquisa realizada por De Lima (2012), nota-se que o complexo supracitado possui os mais baixos Índices de Desenvolvimento Social (IDS) da cidade, com 0,474, o complexo ocupa a 149ª posição das 158 regiões estudadas.

Para que esse índice fosse validado foram considerados os seguintes aspectos: coleta de lixo, rede de esgoto, analfabetismo e renda, tempo de estudo, número de banheiros por morador, fatores que retratam as precárias condições de vida da população local.

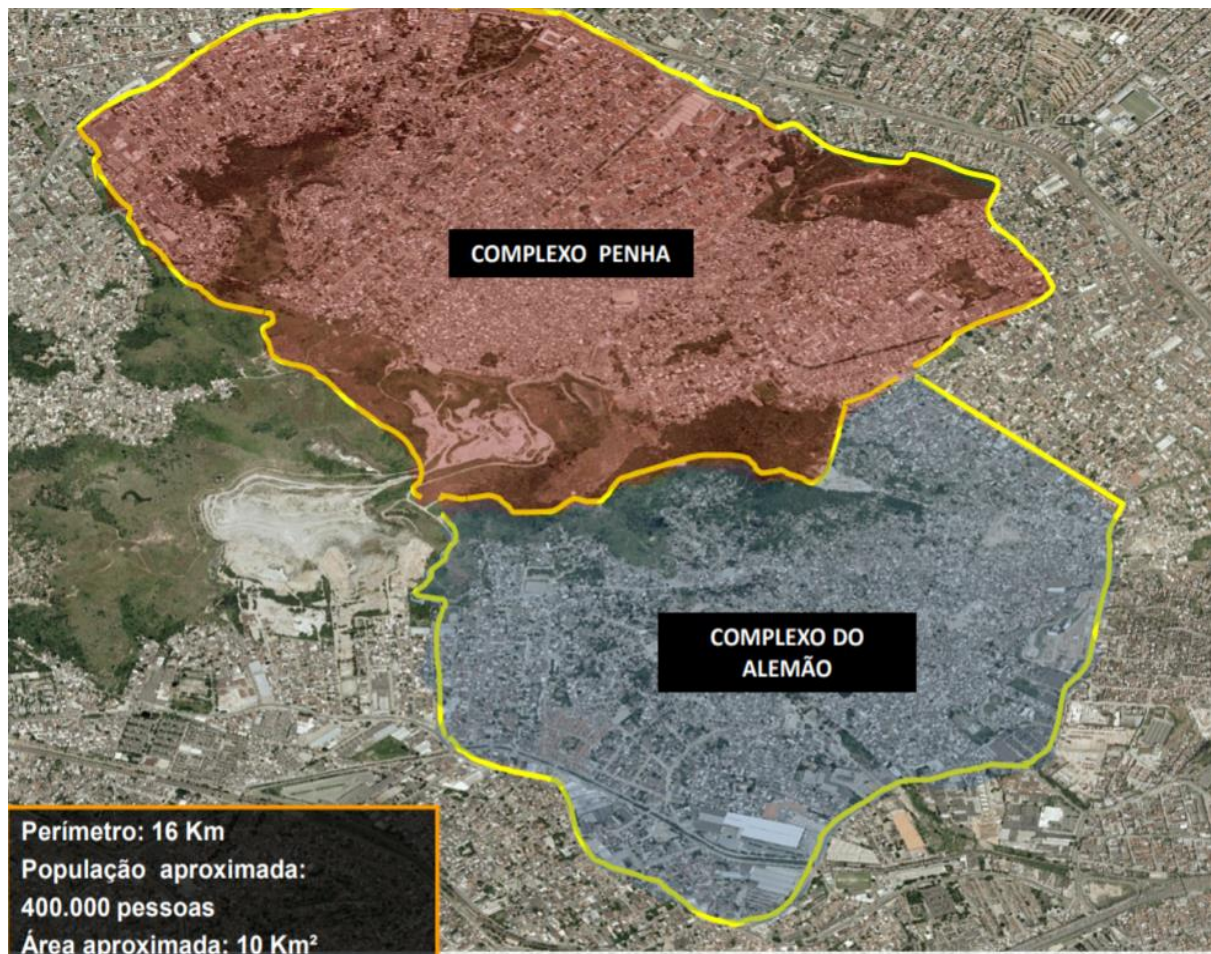


Figura 2: Região do complexo do alemão e da penha.



Figura 3: Complexo ambiente de atuação das tropas na Operação Arcanjo (Foto: Rodrigo Viga/JovemPan)

4.1.2 Preparo da tropa

A formação tradicional do militar brasileiro para a guerra, onde os agentes são divididos em “inimigos” e “aliados” fez com que a preparação para esse tipo de operação fosse feita de modo a considerar o ambiente operacional em que a tropa estará atuando, sem a caracterização do inimigo, o que torna a missão muito mais complexa e sensível. A presença de crianças e idosos nas operações exige da tropa um preparo ainda maior relativo ao emprego do armamento letal, que será utilizado somente em situações extremas, e do trato com a população.

O aspecto legal da operação também tem papel fundamental para o bom andamento das missões, por se tratar de um ambiente de contato contínuo com a população é fundamental que o militar domine os assuntos relativos aos direitos individuais, abuso do poder, medidas restritivas de liberdade, direitos e prerrogativas das crianças e adolescentes, prevenção e repressão ao tráfico de drogas e do porte de armas; além dos crimes militares, a regulação do poder de polícia judiciária na esfera militar, o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito. Tudo isso para que o

combatente que está atuando na ponta da linha saiba até onde possui o amparo da lei e evite conflitos desnecessários com a população local.

Segundo o Coronel Vladimir, ex-comandante do Centro de Operações de GLO e responsável pelo comando das tropas no Alemão durante seis meses, em entrevista ao site G1, (2012), as maiores dificuldades que os militares encontraram na chamada “Operação Arcanjo” foi o fato de atuar contra brasileiros.

Cada contingente que passou pela Maré teve, em média, 6 meses de adestramento antes de iniciar a operação propriamente dita, com instruções voltadas tanto para a parte combatente, com instruções de armamentos menos letais do tipo spray de pimenta, espingarda com munição de borracha e granadas de luz e som, técnicas de patrulhamento, Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE) e mandados de busca e apreensão; como no trato com a população e nas regras de engajamento em questão.

Houve enfoque nas orientações referentes à preocupação com o respeito e a minimização dos efeitos colaterais referentes à população, procurando coibir o uso excessivo da força, fazendo-se necessária a adaptação ao tipo de operação desencadeada nas favelas.



Figura 4: Centro de instrução para ações de segurança pública, localizado em Campinas (SP)(Foto: Tahiane Stochero/G1)



Figura 5: Sargentos e oficiais recebem treinamento para ação em favelas (Foto: Tahiane Stochero/G1)

4.1.3 Resultados da operação

Segundo Celso Amorim (2012), na operação Arcanjo I, onde foi empregada a brigada de infantaria paraquedista, houve a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a Junho de 2012, com emprego médio de 1,3 mil militares. Além disso, os militares encontraram R\$ 160 mil reais em reais e dólares, aconteceram 63.489 patrulhas a pé e 48.142 motorizadas ou mecanizadas, ocorreram apreensões de 42 armas, 2.015 munições de diversos calibres, 79 carregadores e 13 granadas e ainda diversos entorpecentes, drogas, automóveis, máquinas, dentre outros materiais. Nesse mesmo período, 733 prisões ou detenções foram feitas. O balanço do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) informa também que aconteceram 606 reconhecimentos em vias de acesso às comunidades e montados 4.172 postos de bloqueio. No período ocorreram 18 operações de busca e apreensão, 14 isolamentos de área e 32 voos de reconhecimento do lugar. Os resultados da Arcanjo apontam também a apreensão de 302 automóveis, 131 máquinas caça-níquel, 197 motos e 102 eletroeletrônicos diversos. No período, 733 prisões ou detenções foram realizadas.

Durante toda a operação, o emprego das tropas de infantaria foi fundamental para o transcurso da missão. Todas as brigadas empregadas se mostraram extremamente competentes

e preparadas para a difícil missão de atuar no complexo ambiente das comunidades cariocas com o mínimo de danos colaterais a população local, fato que rendeu elogios, em diversas oportunidades, ao Exército Brasileiro.

Ao todo, houve o emprego da 9ª brigada de Infantaria Motorizada no segundo contingente (Operação Arcanjo II), da 11ª Brigada de Infantaria Leve (Arcanjo III) e da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada no último contingente a atuar na região (Arcanjo IV).

A substituição das tropas do Exército pela Polícia Militar se deu com a chegada de 750 PMs. Na mesma época começou a instalação de duas Unidas de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades da Fazendinha e Itararé.

De acordo com o balanço, mais seis UPPs estavam programadas para as localidades de Grota, Baiana, Nova Brasília, Vila Cruzeiro, Adeus e Alemão, permitindo, assim, a substituição total das tropas do Exército e transmissão do controle ao governo estadual.

4.2 Operação São Francisco

4.2.1 Contexto da Operação

Com a finalidade de cooperar para o processo de pacificação do complexo da Maré, a presidência da república autorizou o emprego de tropas do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil na região, em abril de 2014.

Em decorrência, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério da Justiça firmaram um acordo no qual as partes se comprometeram, com base em uma Operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a empregar, no Complexo da Maré, os meios necessários para a prestação de segurança e serviços em benefício da população.

O termo de compromisso entre o Ministério da Defesa e o estado do Rio para a atuação das Forças Armadas na Maré foi assinado durante reunião no Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste. Estiveram presentes o ministro da Defesa, Celso Amorim, que disse algumas palavras, seguido pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pelo governador Luiz Fernando Pezão e o comandante do CML, general Francisco Carlos Moderno.

A missão se iniciou no dia 05 de abril de 2014 com a ocupação das 15 favelas que compõe o Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. A chamada Operação São Francisco foi coordenada pelo Comando Militar do Leste (CML), com a presença de 2.500 militares, sendo a grande maioria (2.050 homens) da Brigada de Infantaria Paraquedista, 450

da Marinha. Além disso, a Polícia participou com um efetivo de 200 homens. Segundo Escoto (2014):

Em Abril de 2014, após diversos ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que causaram inúmeras mortes de policiais militares e danos às suas instalações, material e viaturas, uma vez mais a tropa paraquedista foi a primeira a ser empregada na difícil missão de pacificar o maior complexo de favelas do RJ, com 15 comunidades e uma população de cerca de 140.000 habitantes, equivalente a uma cidade brasileira de médio porte, aterrorizada pela ação violenta de três facções criminosas rivais que utilizam táticas, técnicas e procedimentos de grupos de violência extrema - o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e as milícias. (ESCOTO,2014)

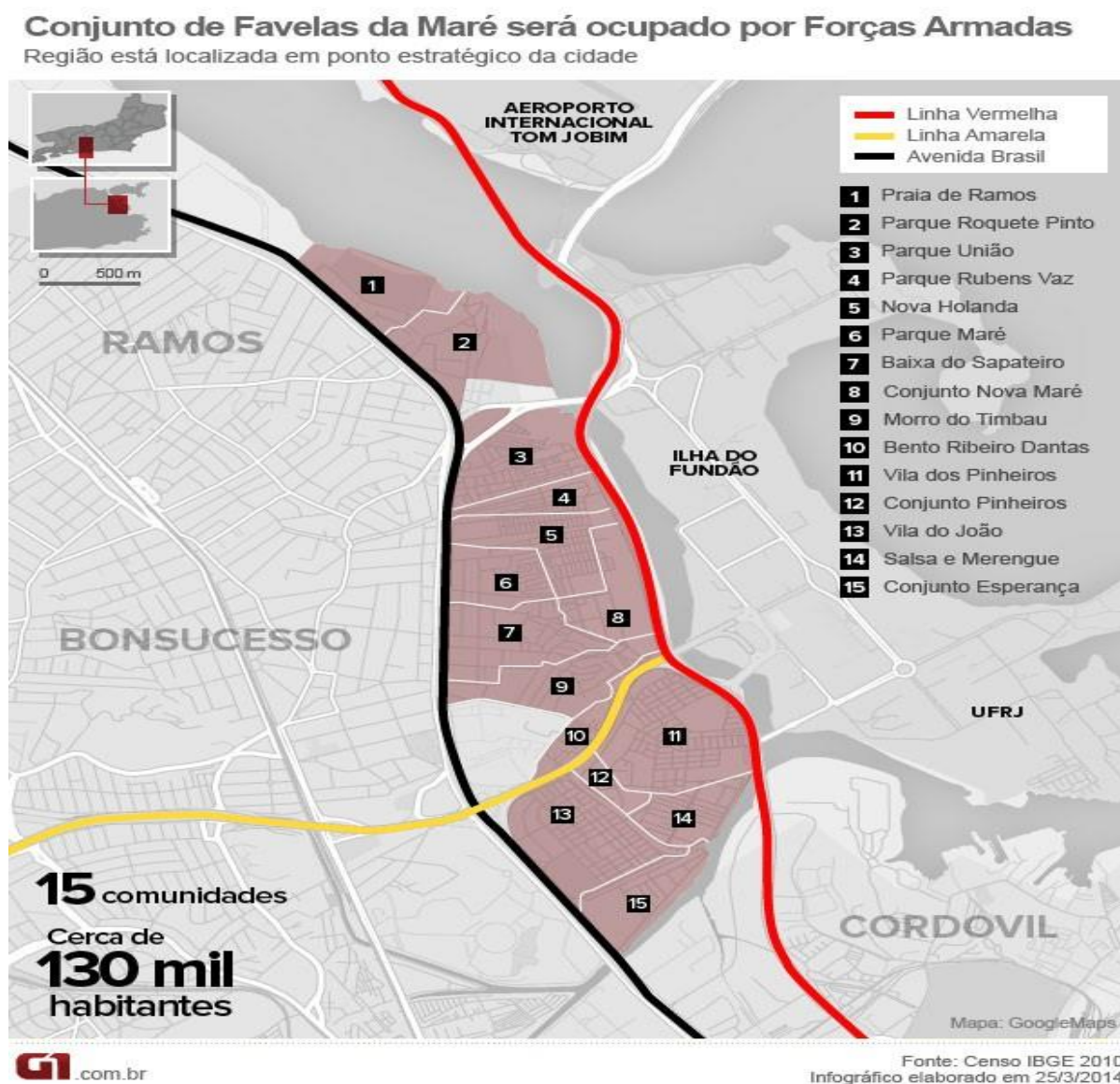


Figura 6: Conjunto de favelas ocupado pelas Forças Armadas

De acordo com General Escoto, ex-Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista e do Primeiro contingente da Maré, em reportagem do site G1 (2014), a base principal deste conflito foi a origem do Comando Vermelho, em 1979, facção descendente da Falange

Vermelha, criada na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, na cidade de Angra dos Reis-RJ. No início dos anos 80, a partir da convivência com terroristas, os presos fugiram e começaram a realizar vários saques a bancos, joalherias e empresas, seguindo ensinamentos do Manual do Guerrilheiro Urbano, do terrorista Carlos Marighella. Além disso, no início dos anos 90, o Comando Vermelho teve influência na criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), na cidade de São Paulo, organização criminosa, cujo envolvimento com o grupo terrorista Hezbollah tem se tornado evidente desde 2006, na região de fronteira entre Brasil-Argentina-Paraguai. Outra evidência do envolvimento com grupos extremistas foi a prisão do traficante Luiz Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho como Fernandinho Beira-Mar, líder do CV, em Abril de 2001, na Colômbia, onde de acordo com algumas investigações, estava negociando troca de armas por cocaína com guerrilheiros das FARC.



Figura 7: Militares da Brigada de Infantaria Paraquedista realizando patrulhamento no complexo da Maré (Foto: Alexandre Gonzaga)

Segundo Escoto (2014), a Força de Pacificação (F Pac) MARÉ teve como missão realizar, a partir de 05 de Abril de 2014, a interdição e o investimento a pé, mecanizado e motorizado sobre toda a área de pacificação; realizar a substituição de tropas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) que operavam na região; conduzir operações 40 para pacificar a Área de Operações Maré (A Op MARÉ) em conjunto com os órgão de segurança pública e outras agências civis (governamentais e não-governamentais). Para alcançar tal objetivo, a Brigada Paraquedista deveria realizar algumas atividades, como: proteger a população; impedir e reprimir ações de facções criminosas, prendendo seus integrantes; e realizar a busca e apreensão de armamento, munição, drogas e outros materiais

ilícitos. O Comandante da Brigada tinha como intenção: explorar ao máximo as operações especiais, a inteligência, as operações de informação; a ofensiva, a surpresa e a massa; estabelecer pontos fortes; realizar o vasculhamento; realizar operações de saturação de patrulhamento a pé, mecanizado e motorizado; e obter o apoio da população aérea. “Tudo com a finalidade de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções criminosas e estabelecer e manter um ambiente seguro e estável para a população da área.” (ESCOTO, 2014).

O objetivo principal era conquistar o efetivo apoio da população e desarticular as facções criminosas que atuavam no interior da área de operações, obtendo-se um ambiente com segurança e estabilidade e criando condições favoráveis para a instalação de UPPs na A Op MARÉ.



Figura 8: tropa em operação no complexo da maré (Foto: ERBS JR./Estadão Conteúdo)

4.2.2 Preparo da Tropa

O correto adestramento aliado à experiência adquirida pelo Exército em empregos anteriores, como na Operação Arcanjo e no Haiti, fez com que a atuação da tropa nessa oportunidade ocorresse de maneira muito mais eficaz e segura em relação às missões anteriores.

Segundo Escoto (2014), há três fases para o emprego de Forças Terrestres nas Operações de Pacificação: a estabilização, cujo foco principal são as ações coercitivas, em ambiente urbano ou rural; a estabilização, na qual existe um equilíbrio entre as ações coercitivas e as construtivas; e a normalização, fase em predominam as ações construtivas, visando ao desenvolvimento de ambiente que favoreça a retomada do controle sobre a área pelo Estado. A atual conjuntura ressalta a importância do preparo da Brigadas de Infantaria no combate contra as forças irregulares. Para que conduza ações coercitivas, através da aplicação do poder de combate terrestre para neutralizar as forças oponentes, é fundamental que a F Pac tenha aptidão para planejar e executar operações contra forças irregulares (operações tipo 41 polícia, operações de recuperação de infraestruturas básicas, operações de controle da população, dentre outras) em terreno urbano e rural. (ESCOTO, 2014).

Quanto ao emprego, um sistema de inteligência cuidadoso e eficaz é imprescindível para a obtenção do êxito nas operações de pacificação. Para isso, estabeleceu-se uma central de inteligência, sob a chefia do oficial de inteligência e constituída pela Seção de Inteligência da Bda Inf Pqdt e com o reforço de elementos de inteligência e contrainteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Visando-se estabelecer laços de confiança mútua e canais técnicos para o compartilhamento, análise e difusão de informações, foram realizadas reuniões periódicas do comando da F Pac com os representantes dos órgãos de Segurança Pública do Rio de Janeiro, da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar. (ESCOTO, 2014).

Desde 2011, quando se iniciou a Operação de Pacificação do Complexo do Alemão e da Penha, o CIE incluiu na preparação dos contingentes lições aprendidas do Exército e da Marinha dos EUA na guerra do Afeganistão, através de Células de Inteligência de Companhia (Company Level Intelligence Cells). A Bda Inf Pqdt determinou o emprego dessas células em todas as companhias que atuaram na Operação de Pacificação da Maré. Além disso, utilizou helicópteros, um sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP) dos Fuzileiros Navais, o CARCARÁ II, de fabricação brasileira e realizou a interceptação de sinais pela Célula de Guerra Eletrônica da F Pac e por patrulhas que apreendiam equipamentos rádio dos “olheiros”

e monitoravam as comunicações entre as facções, tudo com a finalidade de obter a maior quantidade de dados sobre a força oponente. Apesar da importância das atividades realizadas pelo Centro de Inteligência do Exército, a inteligência humana, obtida por meio do contato direto com a população, é insubstituível. Ela é a responsável por dar segurança à população local, através do tratamento com dignidade e respeito e por atenuar os possíveis efeitos colaterais de uma operação. (ESCOTO, 2014)

4.2.3 Resultados da Operação

Participam das ações cerca de 3.000 militares das Forças Armadas (FA), das mais diversas regiões do Brasil, e 212 policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, que atuam em cooperação com as tropas federais, desde novembro de 2014.

Foram empregados blindados do Exército (M113, Urutu e Guarani) e da Marinha (SR 8x8 Piranha IIIC), viaturas, motocicletas e aeronaves do Comando de Aviação do Exército (HA-1 Esquilo equipado com Olho de Águia e HM-Pantera).

Essa plêiade de meios suporta o trabalho das tropas, para atuar seletivamente contra os perturbadores da ordem pública, causando os menores transtornos à grande população da Maré, composta por trabalhadores e famílias que, há décadas, sofrem com a atuação de facções criminosas.

Como já foi mencionado anteriormente, a seleção dos integrantes da F Pac levou em consideração a capacidade profissional e as experiências adquiridas no Haiti e na Operação de Pacificação nos Complexos do Alemão e da Penha. Esses militares foram orientados no sentido de desempenhar suas atividades com a observância dos princípios de utilização da força mínima necessária, da progressividade e da proporcionalidade, visando sempre à preservação da segurança e da integridade física da população local.

“Desde o início da operação foram realizadas mais de 65 mil ações, 583 prisões, 228 apreensões de menores por cometimento de atos infracionais e 1.234 apreensões de drogas, armas, munições, veículos, motos e materiais diversos.” Destaca-se ainda o ferimento de 21 militares e a perda do Cabo Mikami, assassinado covardemente por integrantes de facções criminosas. (GABINO, 2015).

Segundo Gabino (2015), o principal objetivo da operação era alcançar o apoio efetivo da população e realizar a desarticulação das facções criminosas. Tais metas foram atingidas, através da retomada da área e da quebra liberdade de ação das facções criminosas, com a prisão de importantes líderes. A população deixou de ser explorada pelo crime e toda a

comunidade passou a ser patrulhada, ocorrendo a diminuição do uso ostensivo de armas e do comércio ilegal de entorpecentes. Em consequência disso, foram obtidas as condições mínimas para a instalação de UPPs pelo governo do Rio de Janeiro.



Figura 9: Números após 14 meses de operação

A operação foi facilitada pelo Disque-Pacificação, que funcionou pelo número (21) 3105-9717 e permitiu aos moradores realizarem ligações anônimas com o objetivo de auxiliar na identificação de possíveis crimes e de estreitar relações com os militares. Esse canal, que funcionou 24 horas por dia, recebeu mais de 2.300 informações.

Para Gabino (2015), desde o início da operação, a Força de Pacificação percebeu que a segurança pública é apenas um dos itens a serem perseguidos na restauração da paz social. Em paralelo às essas ações, é preciso melhorar a presença do Estado nas diversas áreas de sua responsabilidade (educação, saneamento, urbanismo, lazer, criação de empregos, entre outras).

Nesse contexto, foram tomadas diversas iniciativas que buscaram criar condições para se levar a cidadania aos moradores no Complexo da Maré. Pode-se citar, como exemplo, a parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que permitiu a realização de ações

sociais de promoção da cidadania por meio da Justiça Itinerante. A iniciativa esteve na área em seis oportunidades, realizando casamentos, registros, emissão de certidões e de documentos de identificação, entre outros atos jurídicos.

A regularização do recolhimento de lixo, a retirada de centenas de carcaças de veículos, o início da limpeza de canais, a construção de escolas, os projetos de melhoria no esgotamento sanitário e na distribuição de energia, entre muitos outros, são benefícios que foram implementados, graças à presença da Força de Pacificação.

Merece ser destacada, ainda, a atuação da tropa durante o período eleitoral, que garantiu que a população daquelas comunidades exercesse seu direito de voto sem a pressão de grupos ilegais.

Em uma ação simbólica, foi realizado um trabalho, em conjunto com as escolas do Complexo, que previu pequenas melhorias nas instalações e a condução de crianças para visitas culturais em locais turísticos no Rio de Janeiro.

Foram efetuados, de modo periódico, encontros com as lideranças comunitárias e organizações não governamentais que desenvolvem atividades na Maré, para identificar as principais demandas da população e fazer com que estas cheguem às autoridades. Cabe também citar as tratativas para o funcionamento regular de um posto de identificação do DETRAN no interior do Complexo da Maré.

Conforme o Protocolo de Cooperação, já citado, se deu a substituição gradativa das forças federais pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Nesse processo de entrada gradual da polícia, a F Pac recebeu vários policiais militares oriundos de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que atuaram em conjunto com as tropas federais. Antes do emprego desses militares na Operação, eles passaram por um estágio de adaptação, visando facilitar a integração entre as instituições. Receberam orientações sobre as regras de engajamento, técnicas de patrulhamento, procedimentos no trato com a comunidade e instruções de tiro.

A área delimitada sob responsabilidade da F Pac foi progressivamente reduzida. As comunidades de Roquete Pinto e Praia de Ramos passaram para a guarda da PMERJ. A partir de 1º de maio de 2015, a PMERJ assumiu as comunidades de Parque União, Rubens Vaz e Nova Holanda. Por fim, em 30 de junho de 2015 a Força de Pacificação se retirou em definitivo da área, completando o ciclo de substituição.

5 CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi apresentado anteriormente na obra, fica claro o papel fundamental que o Exército Brasileiro e, mais especificamente, a infantaria, assumiu e ainda assume nas operações de pacificação do estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na sua segurança pública.

Nas duas operações estudadas ficou evidente os baixos índices de desenvolvimento social das regiões, fato que é agravado pela grave crise econômica que o estado do Rio de Janeiro está sofrendo nos últimos anos. A escassez de recursos e o desemprego em massa são fatores que potencializam a desordem na segurança pública, tornando a atuação da tropa frente à população ainda mais importante que o usual.

A pesquisa mostrou que a inexpressiva presença do Estado nesses aglomerados populacionais, gera condições para o desenvolvimento de atividades ilícitas como o tráfico de drogas, surgimento de grupos criminosos, furto de energia, água, sinais transmissores a cabo. Tal situação foge do controle dos órgãos de segurança pública estadual, os quais tem se mostrado insuficientes na repressão desses delitos, tornando ainda mais destacado e importante o emprego do Exército Brasileiro, que, por vezes, é a única entidade governamental presente nessas comunidades.

Quanto ao preparo, em meio a um cenário com o crescente emprego de tropas do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, caracterizadas por elevados graus de estresse, oriundos de um conflito contra uma força oponente que atua sem uniforme, descaracterizado e que busca se confundir com a população, é imprescindível que a preparação da tropa seja a mais eficaz possível, visto que um erro neste complexo ambiente operacional terá como consequência graves efeitos colaterais, podendo tanto colocar em risco uma vida inocente como comprometer toda a operação em questão, além de denegrir a imagem da instituição Exército Brasileiro.

Desta forma, depois de todos os dados apresentados, confirma-se a importância das frações de infantaria nas operações de pacificação no estado do Rio de Janeiro. Os resultados também servem de parâmetros para operações futuras de mesmo viés de Garantia da Lei e da Ordem, de forma que possa se ter um ponto de partida, onde serão visualizados os pontos positivos e aspectos de melhoria de cada operação estudada com a finalidade de tornar ainda mais efetiva a atuação da tropa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.103: Operações.** Brasília: EGGCF, 2014

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.211, Processo de Planejamento e a Condução das Operações Terrestres.** Brasília: EGGCF, 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **C 85-1: OP GLO.** Brasília: EGGCF, 2010.

CARNEIRO, Julia Dias. **Cinco motivos que levaram o Rio à pior crise de segurança em mais de uma década.** BBC, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cinco-motivos-que-levaram-rio-a-pior-crise-de-seguranca-em-mais-de-uma-decada.ghtml>>. Acesso em: 14 maio 2019

GARCIA, Emerson. **As forças armadas e a garantia da lei e da ordem.** Revista Brasileira de Direito Constitucional RBDC n.13, jan. /jun. 2009.

DE LIMA, Carlos Alberto. **Os 583 Dias da Pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão.** 1. Ed – Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2012.

COSENDEY, Felipe Rímolo. **A aplicação das “Considerações Civis” na força de pacificação ARCANJO.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

TABAK, Bernardo. **Conjunto do Alemão tem um dos piores indicadores sociais do Rio.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-o-crime/noticia/2010/11/conjunto-do-alemão-tem-um-dos-piores-indicadores-sociais-do-rio.html>>. Acesso em: 01 junho 2019

AMORIM, Celso. **AMORIM - Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública.** Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/6681/AMORIM---Trabalho-do-Exercito-no-Complexo-do-Alemão-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica/>>. Acesso em: 01 Junho. 2019.

AMORIM, Celso. **NOTA EB - Força de Pacificação (F Pac) – Operação São Francisco:** Interessante documento distribuído pelo Comando do Exército. Para ser lido nas linhas e entrelinhas. Disponível em:< [http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/18625/NOTA-EB---Forca-de-Pacificacao-\(F-Pac\)-%E2%80%93-Operacao-Sao-Francisco/](http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/18625/NOTA-EB---Forca-de-Pacificacao-(F-Pac)-%E2%80%93-Operacao-Sao-Francisco/) > Acesso em: 01 Jun. 2019

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 33-M-10: Operações de Garantia da Lei e da Ordem.** Brasília: EGGCF, 2014.

CARVALHO, Janaína. Conjunto de Favelas da Maré é ocupado para instalação de UPP. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/conjunto-de-favelas-da-mare-e-ocupado-para-instalacao-de-upp.html> >. Acesso em: 02 Junho. 2019.

ESCOTO, General. **GUERRA IRREGULAR: A Brigada de Infantaria Paraquedista na Pacificação do Complexo da Maré**: Uma exclusiva análise pelo General-de-Brigada Gen Bda Roberto Escoto Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista (2012-2014) e do primeiro Contingente da Força de Pacificação na Maré (Abr a Mai 2014).. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/20218/GUERRA-IRREGULAR--A-Brigada-de-Infantaria-Paraquedista-na-Pacificacao-do-Complexo-da-Mare/> > Acesso em: 16 maio. 2019

GABINO, Anderson. **Força de Pacificação (F Pac) faz avaliação da Operação São Francisco**. Disponível em: < <http://www.revistaoperacional.com.br/2015/exercito/forca-de-pacificacao-f-pac-faz-avaliacao-da-operacao-sao-francisco/> >. Acesso em: 22 maio. 2019.

GOMIDE, Raphael. **Exército treina para Garantia da Lei e da Ordem e "guerra no meio do povo"**: Atuação no Alemão, no Haiti e emprego em grandes eventos cristaliza ação de militares no País. Força avança e se prepara ainda para o conflito moderno, com combates urbanos. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-08-27/exercito-treina-para-garantia-da-lei-e-da-ordem-e-guerra-no-meio-do-povo.html> >. Acesso em: 18 maio. 2019.

RIO: **Exército faz operação em favela do Complexo do Alemão**. Jornal do Brasil, 2011. Disponível em: < <https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rio-exercito-faz-operacao-em-favela-do-complexo-do-alemao,e2d8a6bfcef1b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 28 maio. 2019.

STOCHERO, Tahiane. **Para Exército, ocupar Alemão é mais difícil que guerra e missão no Haiti**: Ação no Rio foi maior a dentro do país; 'somos preparados para a guerra'. Centro em SP prepara militares para segurança pública e greves policiais.. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/para-exercito-ocupar-alemao-e-mais-dificil-que-guerra-e-missao-no-haiti.html> > Acesso em: 28 maio. 2019.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva 2001.